

## REVISIONISMO, NEUROPSICANÁLISE E FANTASMA

### **Roberto Calazans**

Doutor em Teoria Psicanalítica/PPGTP/UFRJ  
Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/Universidade Federal de São  
João del Rei  
[calazans@ufsj.edu.br](mailto:calazans@ufsj.edu.br)

### **Fernanda Dupin Gaspar**

Psicóloga pela Universidade Federal de São João del Rei  
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFMG  
[fedupin@hotmail.com](mailto:fedupin@hotmail.com)

### **Tiago Iwasawa Neves**

Psicólogo pela Universidade Federal de São João del Rei  
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFMG  
[tiagoiwasawa@yahoo.com.br](mailto:tiagoiwasawa@yahoo.com.br)

### **Resumo**

Este artigo pretende apontar como a disciplina auto-intitulada neuropsicanálise, devido ao seu viés cientificista, não consegue articular um conceito importante para a teoria e a clínica psicanalítica: o de fantasma. Não pretendemos fazer uma análise exaustiva do tema, mas trazer elementos que propiciem tal aprofundamento em um futuro próximo. Em um primeiro momento traremos as definições propostas pelos neuropsicanalistas e apontaremos como eles não integram o conceito de sexualidade em seus textos. É a partir da noção psicanalítica da sexualidade que somos necessariamente levados a pensar o fantasma, principalmente no que este conceito aponta tanto para o sujeito quanto para a definição de campo de ação da psicanálise como sendo um campo ético, não permitindo a redução cientificista proposta pela dita neuropsicanálise.

*Palavras-chave:* psicanálise; fantasma; neuropsicanálise; cientificismo; revisionismo

## REVISIONISM, NEUROPSYCHOANALYSIS AND PHANTASM

### Abstract

This article intends to appear as the discipline solemnity-entitled neuropsychanalysis, due to your inclination scientificist, it doesn't get to articulate an important concept for the theory and the clinic psychoanalytical: the one of phantasm. We didn't intend to do an exhausting analysis of the theme, but to bring elements that propitiate such to make a profound study in a close future. Then in a first moment we bring the definitions proposed by the neuropsychanalytical and we appear like them they don't integrate the sexuality concept in your texts. It is mainly starting from the notion psychoanalytical of the sexuality that we are necessarily mischievous to the phantasm to think, in which this appears for the subject and for the definition of field of action of the psychoanalysis as ethical not allowing the reduction scientificist proposed by the said neuropsychanalysis.

*Key-words:* psychoanalysis; phantasm; neuropsychanalysis; scientificism

### I – Introdução

Este artigo pretende apontar como a disciplina auto-intitulada neuropsicanálise, devido ao seu viés cientificista, não consegue articular um conceito importante para a teoria e a clínica psicanalítica: o de fantasma. Não aborda o conceito de fantasma porque, longe de ser um retorno ao sentida da experiência freudiana, é um movimento revisionista tal como o definiremos na primeira parte. Em seguida, traremos as definições propostas pelos neuropsicanalistas e apontaremos como eles não integram o conceito de sexualidade em seus textos. É a partir da noção psicanalítica da sexualidade que somos necessariamente levados a pensar o fantasma, principalmente no que este aponta para o sujeito e para a definição de campo de ação da psicanálise como sendo um campo ético, não permitindo a redução cientificista proposta pela dita neuropsicanálise.

### II – Revisionismo

Na introdução de seu "Projeto para uma psicologia científica" (1895), Freud argumenta em favor de seu interesse de estruturar uma psicologia "[...] capaz de representar os processos psíquicos como estados quantitativamente determinados de partículas materiais especificáveis" (1985, p. 395). Podemos apontar, a partir da forma como Freud coloca o problema, que o objetivo dele era fazer com que a psicanálise viesse a ser reconhecida como uma ciência do psiquismo. Disso decorre que o cientificismo de Freud não é outra coisa senão um assentimento ao ideal de ciência, como diria Milner (1996, p. 47). O problema poderia se resumir a uma pergunta do tipo: do que necessita a psicanálise para ser científica?

No entanto, segundo Fernandes (2005), a relação da psicanálise com a ciência – muitas vezes assumida de forma a se propor um estatuto científico para o campo analítico – não deve se submeter ao interesse de Freud pela ciência de seu tempo. Em alguns textos (1895, 1925), vemos Freud constrangido pelo desenvolvimento das ciências de sua época; ele considera importante que a psicanálise seja consolidada sob os princípios que regem uma ciência natural para que se tenha seu justo reconhecimento. E em outros (1900, 1913, 1915), Freud se preocupa em demonstrar como um sintoma neurótico se sustenta a partir de uma lógica de funcionamento psíquico, implicando necessariamente em um posicionamento do sujeito; e se há um sujeito em jogo, já não estamos em um campo científico de problemas.<sup>1</sup>

Creemos que há uma tensão entre o assentimento de Freud à ciência de sua época e a sua construção em relação aos problemas com os quais se defrontou na clínica. Ora, se vamos julgar Freud, é preciso partir do que de sua teoria ficou como conceitos e não como intenções. É através da observação do que ele construiu conceitualmente que podemos verificar que, se em vários momentos ele foi contrário ao ideal de ciência da época, ele não o foi em relação ao que Bachelard (1996) chama de “espírito científico”: a capacidade de por à prova os princípios que orientavam sua investigação. Afinal, não encontramos na obra de Freud vários momentos em que ele se vê levado a produzir novos conceitos em função dos impasses de sua experiência?

Nesse mesmo contexto – sobre o estatuto científico da psicanálise – podemos evocar a invectiva lacaniana de retornar ao pensamento de Freud. Esse retorno indica, de início, que o problema da psicanálise ser ou não uma ciência deve ser pensado em função dos conceitos que Freud propõe para tratar clinicamente um sujeito. Podemos afirmar ainda, que estes conceitos estão bem localizados na obra freudiana. Localizados em função de um problema, não de uma cronologia. Portanto, a psicanálise não surtiria efeito por ser uma teoria bem trabalhada em nível empírico: não se trata de testar a veracidade das palavras que Freud utilizou. Mas, antes de tudo, é preciso analisar quais os problemas que Freud recortou, além de avaliar os efeitos produzidos pelos conceitos que criou.<sup>2</sup>

Se, de um lado, temos o projeto de retorno a Freud feito por Lacan, de outro, temos o trabalho dos revisionistas freudianos, que divergem no ponto principal nesse primeiro momento: a relação da psicanálise com a ciência. Dessa forma, neste artigo trataremos do impasse provocado quando a psicanálise – especialmente pelas palavras de Freud – se refere ao psiquismo como um campo específico de problemas. É a partir do sentido dessa referência que podemos pensar se a psicanálise alude ao psiquismo do mesmo modo que os outros sistemas psicológicos objetivantes, ou seja, a psicanálise coloca sob o seu campo de problemas a questão de ser uma ciência dos fatos mentais? A primeira implicação que temos a partir desse problema é a de que a questão da cientificidade da psicanálise deve ser pensada em função do campo de problemas no qual ela opera. Em consequência disso, devemos, em segundo lugar, avaliar se o projeto revisionista se sustenta a partir de um problema psicanalítico ou, ao contrário, se suas referências aos conceitos psicanalíticos já se configuram como um deslocamento, ou seja, se colocam um problema que já não é psicanalítico.

Com efeito, levando-se em conta o sentido do problema da psicanálise, é que compartilhamos com Milner (1996) da tese que afirma que a psicanálise é compatível com o espírito científico. Tanto a psicanálise quanto a ciência adotam um mesmo princípio para tratar seus problemas: ambas recusam uma realidade quando esta se impõe sem se submeter a algum tipo de constrangimento intelectual e partem do princípio de que a obtenção do sentido de um problema implica a existência de impossibilidades na subordinação deste mesmo problema a outros campos distintos. Para Bachelard (1996), uma ciência é considerada como tal quando seu processo de objetivação se dá em função da rede conceitual produzida para explicar determinado

fenômeno. Na atividade científica todos os objetos são produzidos em função de uma rede conceitual. Dessa forma, a lógica científica é marcada pela impossibilidade de tratarmos de um fenômeno – ou de um problema – longe da rede conceitual produzida para explicá-lo. É por essa razão que Lacan define o estatuto do inconsciente freudiano como sendo ético, pois o problema da psicanálise também o é.<sup>3</sup> O primeiro ponto a ser considerado a partir dessa asserção é o seguinte: o estatuto do inconsciente e a *práxis* psicanalítica se referem a um problema específico; ético, não científico.

Logo, podemos falar de uma implicação da psicanálise em um problema unicamente clínico: Freud avança na articulação dos conceitos psicanalíticos a partir dos impasses que surgem quando tenta propor uma técnica para tratar um sujeito. É a relação em que os conceitos se encontram tramados que possibilita à ciência produzir um objeto tanto quanto à psicanálise propor um tratamento para o sujeito. Longe de se referir a uma busca científica para a causa de um sujeito, Freud só consegue estabelecer seus conceitos a partir do momento em que ele se coloca questões de um homem qualquer, ou seja, a partir do momento em que ele dá importância aos problemas que lhe afetavam, e não em nome de um ideal científico.<sup>4</sup>

É em nome desse ideal, científico, que surge o que nós chamaremos aqui de revisionismo.<sup>5</sup> Os revisionistas aparentemente se justificam a partir de uma asserção de Freud de que a psicanálise ainda não é uma ciência (1938a). Mas esta justificativa nos parece inapropriada. A partir do momento em que a psicanálise se estabelece como uma clínica de problemas psíquicos – e, quando nos referimos a uma clínica esta só é possível a partir de uma colocação do problema pelo sujeito – temos por conseqüência uma modalidade de tratamento que afastaria a possibilidade de tratar o sujeito como um objeto. E, ainda, se o conceito de sujeito não denota uma experiência científica, então, é necessário pensarmos em outra possibilidade no tratamento das neuroses. Assim, o revisionismo se esquece de que o passado é histórico, ou seja, articulado a partir de certo tipo de problema.

Dessa forma, temos um problema quando aqueles que chamaremos de revisionistas freudianos procuram, a partir de deslocamentos<sup>6</sup> na teoria psicanalítica, estabelecer uma teoria científica para o tratamento de um sujeito. Jacoby (1977) define o projeto revisionista como sendo aquele que, a partir de idéias fracassadas do passado, buscará a totalização de uma determinada teoria independentemente de uma experiência. Jacoby (1977) ainda nos fala que para uma teoria ser considerada revisionista, ela deve, necessariamente, abandonar ou deixar de lado conceitos que são fundamentais. Ele tem por objetivo retirar todo o poder subversivo de uma teoria. Não é gratuito que o livro de Jacoby (1977) tenha o título de *Amnésia social: uma crítica à psicologia conformista de Adler a Laing*. Sua tese é a de que vários autores pós-freudianos tentaram fazer uma revisão de Freud retirando da psicanálise aquilo que ela tem de mais traumático: ora a restauração de unidade do sujeito (teorias do eu forte e do eu fraco), ora a definição de uma sexualidade reduzida à genitalidade, como no caso de Reich.

Dessa forma podemos dizer que uma teoria é revisionista quando não aborda nem os conceitos de inconsciente de Freud (1900) como uma nova lógica de funcionamento, nem a sexualidade infantil (1905). Ou quando não aborda uma das maneiras pelas quais podemos pensar a articulação dessas duas dimensões: o conceito de fantasma

### III – A neuropsicanálise e a crítica científicista

É nessa linha revisionista que podemos situar alguns desenvolvimentos recentes que tentam criticar a psicanálise a partir da não inclusão da psicanálise no campo científico, ou a acusação de que ela é uma pseudociência. Nesta perspectiva foi publicado, em 1995, um livro panfletário intitulado *Imposturas intelectuais* (SOKAL & BRICKMONT). Este livro pretendia denunciar o caráter de teorias vagas das ciências humanas e sociais em comparação com as ciências exatas. A denúncia se dava por uma desqualificação de autores das ciências sociais e humanas, o psicanalista Jacques Lacan entre eles, para desqualificar as obras desses autores. O livro “denunciava” que Jacques Lacan usava determinados conceitos científicos de maneira errada, mas, em momento algum, os autores de tal livro se perguntam se esses conceitos assumem outro sentido quando inseridos na grade conceitual da psicanálise, e muito menos se perguntam sobre o problema ao qual a psicanálise se dedica. Este tipo de crítica é, de acordo com J.L. Genard, uma crítica que “não toca na ordem de argumentação”, e comparando com a crítica de um texto literário, é como se pudéssemos avaliar o valor de um texto corrigindo apenas os erros de ortografia, não levando em conta a sintaxe e o estilo (GENARD *Apud* CARTUYVES, 2006, p. 162).

Em 2005, foi publicado na França outro livro panfletário intitulado *Le livre noir de la psychanalyse* (MEYER, 2005). Este livro é um libelo acusatório que, em tom de denúncia, chama Freud de mitômano, a psicanálise de fruto de propaganda e monopolista do “mercado psi”, a clínica psicanalítica de uma sucessão de erros sem eficácia e os psicanalistas, de crentes de uma nova religião à qual não fazem nenhuma crítica. No entanto, o cerne de todos esses supostos argumentos é a afirmação de que a psicanálise é uma pseudociência que não teria comprovação empírica de suas teses. Temos aqui a afirmação de um princípio científicista: tudo aquilo que não for científico é desprovido de sentido e, conseqüentemente, de validade. Mas misturar argumentos acusatórios com a afirmação de cientificidade não seria, como diz Cartuyves, “um apelo à ciência por um modo de encaminhar as questões que não respeita suas regras mínimas”? (CARTUYVES, 2006, p. 155).

Por outro lado, estas críticas científicistas não ficam apenas no nível de publicações, mas passam a ação através da criação de Instituições. No ano 2000, foi fundada em Londres a Sociedade Internacional de Neuropsicanálise (SERPA, 2006). Esta sociedade conta com a participação de neurocientistas – Antonio Damásio e Mark Solms – e de alguns psicanalistas – Daniel Widlocher e Otto Kernberg – que, sob os auspícios de uma pesquisa aparentemente interdisciplinar, pretendem fornecer um substrato empírico à psicanálise – a saber, o cérebro. É, ao menos, o que podemos depreender da posição de um neurocientista que se aliou prontamente ao projeto da neuropsicanálise: “o método psicanalítico foi eficaz em propor hipóteses científicas, mas, ao mesmo tempo, pouco eficaz em testá-las” (KANDEL, 1999). Parte-se aqui do pressuposto de que o sujeito é o efeito de dados de realidades e de que Freud fez uma teoria amparada em metáforas, em conceitos que “não teriam uma localização cerebral. Metáforas, como tais, não são testáveis” (GEDO, 1997). Assim, a psicanálise se ampararia tão somente em argumentos de autoridade (FONAGY, 1999, p. 654).

Amparando-se em dados supostamente objetivos, a neuropsicanálise seria, assim, o modo pelo qual a psicanálise conseguiria responder às críticas de ser uma pseudociência. No entanto, a neurociência não se pergunta se a psicanálise e o seu problema podem ser tratados por métodos estranhos à psicanálise. Encontraríamos aqui a confusão entre campos de problemas distintos – aqueles relativos ao sujeito que demanda um tratamento clínico pela fala e aqueles relativos ao funcionamento do sistema nervoso e que não depende de um sujeito para ser pensado, mas de

procedimentos experimentais. A psicanálise corre o risco de ser reduzida a um capítulo menor da neurociência. Temos então um deslocamento do sentido dos conceitos psicanalíticos por não haver uma consideração sobre o sentido do problema da psicanálise.

No Brasil podemos dizer que há duas posições que consideram relevante o projeto neuropsicanalítico ou que acham importante a conquista das neurociências para a psicanálise. Cheniaux adota a posição que podemos chamar de dogmática em relação à neuropsicanálise. Ele defende a afirmação de que a psicanálise só poderá se tornar científica se responder a dois aspectos: o de fazer apelo ao método experimental – primeiro aspecto –, que hoje seria mais eficaz para detectar a base empírica dos problemas psíquicos no cérebro – segundo aspecto (CHENIAUX, 2006, p. 101).

A outra posição que encontramos no Brasil em relação à neuropsicanálise é a que podemos chamar de crítica. A que considera que todos os atores envolvidos devem ser ouvidos sem sectarismo. Essa é a posição de Winograd (2004), que defende um diálogo franco entre a psicanálise e as neurociências. Como se a psicanálise pudesse dizer algo à neurociência por ter antecipado hipóteses, e como se a neurociência tivesse algo a dizer a psicanálise por ter comprovado essas hipóteses antecipadas. Ora, para haver diálogo deve haver ao menos um assunto em comum, e é justamente esse assunto em comum que resta saber se há. Winograd (2004) acredita que sim. Acreditamos que a questão pode ser considerada de outra maneira: a neurociência não nega e muito menos confirma hipóteses psicanalíticas, assim como a psicanálise não antecipa ou forjou hipóteses acessórias, construtos hipotéticos para as descobertas neurocientíficas.

A ciência, no projeto neuropsicanalítico é tomada como equivalente de eficácia e a eficácia como sinônimo de utilidade. Lanez (2005), ao entrevistar Jacques-Alain Miller, demonstra que a publicação do *Livro negro* seria apenas mais uma investida contra a psicanálise, tal como o projeto de profissionalização de psicoterapias que vemos em diversos países e um relatório do Ministério da Saúde francês que afirmava que as terapias cognitivo-comportamentais eram as mais eficazes. É nesta via que autores que são oriundos das Terapias Cognitivo-comportamentais, da Psicofarmacologia e da Etnopsiquiatria, que escrevem no *Livro negro*, pretendem estabelecer a avaliação de diversas psicoterapias por meio de saberes que indicariam qual a melhor para adaptar os homens às necessidades da sociedade. Apenas, como aponta novamente Cartuyves (2006, p. 164), em momento algum se preocupam em interrogar sobre a normatividade social. Reduzem o tratamento da fala, que sempre qualificou a psicanálise, a uma mera questão de técnicas e competências, como demonstram Milner e Miller (2006, p. 5). Desse modo, pretende-se encontrar não somente um meio de tratar os sujeitos que seria supostamente objetivo, mas um modo de orientar os homens e a sociedade. Vemos isso no projeto que pretende que os professores infantis se tornem “policiais” para detectar por meio de questionários de avaliação se uma criança de três anos pode se tornar um delinqüente na adolescência.<sup>7</sup>

Isto que trouxemos no parágrafo anterior é importante porque é seguindo essas orientações que um dito neuropsicanalista define o tratamento: “atingir um funcionamento mental adequado” (DOIN, 2001). No entanto, não podemos esquecer que a psicanálise, ao formular suas hipóteses, forja um campo de práticas próprio (a clínica de um sujeito falante) com fins próprios. Laurent (2006), ao pensar os princípios do ato analítico, afirma: “a psicanálise não pode determinar sua visada e seu fim em termos de adaptação da singularidade do sujeito a normas, regras, determinações standard da realidade”. Laurent segue aqui a determinação de Freud no texto em que discute a questão do fim de análise. Pois Freud diz que a psicanálise dá ao sujeito a oportunidade de fazer novas escolhas de objeto (1937, p. 230). Ou, retomando Laurent (2006), “afrouxar as identificações às quais o sujeito está fixado”.

Estes fins se dão em função de que a psicanálise é uma prática do registro da fala e da linguagem, tal como Lacan a chamou (1953, p. 238). Por esta razão, ela é do domínio de problemas éticos. Como lembra Brousse (2006), "é no domínio da ética e do juízo que se situa a psicanálise. Desde sua invenção por Freud, o laço da psicanálise à ética é manifestado pelo abandono de toda sugestão, de todo julgamento social ou moral da parte do psicanalista".

Não podemos deixar de notar que a noção de que se pode traduzir as questões da clínica psíquica está em relação direta com propostas de avaliação e de submissão dos diversos tratamentos psíquicos a um discurso medicalizante. Acreditamos que estas propostas não deixam de ter incidência sobre a condução dos tratamentos. Julgamos que os problemas de uma clínica psíquica exigem um conceitual e um instrumental próprio, e que apelar para conceitos e instrumentais de outras áreas somente porque eles são considerados objetivos, como faz o discurso medicalizante, pode trazer conseqüências danosas a esses sujeitos.

Entretanto, um ponto chama a nossa atenção quando analisamos os textos neuropsicanalíticos: não encontrar nenhum comentário relativo à sexualidade. As referências geralmente são em relação à teoria do aparelho psíquico e utilizam o texto "Projeto de uma psicologia científica para neurólogos" (1895) como argumento de que Freud sempre teve como meta a redução ou tradução de suas teses em termos neuronais. Apenas esquecem que as elaborações desse texto foram abandonadas por Freud quando ele formulou sua hipótese fundamental da psicanálise: a de que há pensamentos inconscientes – em sua *opus magna*, a "Interpretação dos sonhos" (1900). Se considerarmos o livro de um autor brasileiro que mais se estendeu sobre o tema da relação entre a psicanálise e as neurociências nos últimos tempos (ANDRADE, 2003), podemos indicar que na parte em que trata diretamente da tradução dos conceitos psicanalíticos em termos neurocientíficos, não encontramos o tema da sexualidade. Os nomes dos capítulos são: "A teoria freudiana do desenvolvimento da mente e as neurociências" (p. 91); "A mente como sistema fechado" (p. 93); "Aspectos neurocientíficos do afeto" (p. 99); "Ligação intersubjetiva: *attachment* e relação objetal" (p. 103); "Aspectos neurocientíficos do sonho" (p. 146); "O inconsciente freudiano e a neurociência" (p. 154). Ou seja, encontramos apenas a parte da teoria freudiana concernente ao aparelho psíquico ou sobre suas teses sobre o desenvolvimento.

O mesmo autor, quando aborda o conceito de pulsão, situa sua argumentação no nível da tradução do alemão para o português, e não no nível conceitual. Pois o termo alemão que designa pulsão é *Trieb*. O autor defende que ele seja traduzido por instinto. Faz essa defesa para facilitar a redução da pulsão aos domínios biológicos. A sua argumentação se vale, em verdade, de um sofisma: se a pulsão não pode ser entendida dentro do psíquico, como afirma Freud (1915, p. 82), ela é necessariamente biológica. Mas como pode ser de ordem biológica um conceito que indica ser uma força constante, quando sabemos que uma exigência biológica é sempre momentânea e cíclica? Como considerar biológico uma exigência que não indica em si mesma os caminhos e os objetos de satisfação dessa pulsão? Prova disso é a possibilidade de haver satisfação com objetos-fetice (FREUD, 1927).

A dimensão da sexualidade é um tema que atravessa a obra freudiana de ponta a ponta. Como lembra Gallano (1991, p. 9), Freud define a sua teoria etiológica da neurose como uma modalidade de defesa em relação a representações investidas sexualmente. Daí a sua importância na etiologia das neuroses (FREUD, 1898). Como diz Laurent (2006), "a descoberta da psicanálise é, em primeiro lugar, a da impotência do sujeito em alcançar a plena satisfação sexual". A isso Freud chamou em 1905, com seu "Três ensaios sobre a teoria da sexualidade", de sexualidade infantil. O infantil não é relativo à infância, mas é uma característica intrínseca da sexualidade que

indica a falta de um saber específico para a escolha de objeto. Daí a importância para a psicanálise da dissociação entre o tema da sexualidade que, a princípio pode encontrar satisfação com qualquer objeto e de qualquer modo (daí ela ser perverso-polimorfa), e o tema da reprodução que impõe um objeto a priori para o sujeito. Deste modo, não podemos mais falar em proporção quando estamos às voltas com a sexualidade, mas de um problema inteiramente subjetivo: qual o objeto de investimento para um sujeito? Ora, a tentativa do sujeito fixar um objeto para si é elucidada pela psicanálise através do conceito de fantasma. E é essa dimensão fundamental para pensar a clínica psicanalítica que o revisionismo da neuropsicanálise pretende deixar de lado.

#### IV – Fantasma e posição subjetiva

O conceito de fantasma marca a passagem da teoria da sedução traumática para a teoria psicanalítica, como aponta Freud em "Um estudo autobiográfico" (1925a). Esta passagem não é apenas de uma maneira de pensar o sujeito para outra, mas estabelece uma ruptura no que diz respeito ao pensamento clássico sobre o sujeito e instaura um novo campo de experiência que Freud denominou psicanálise. A partir do estabelecimento desta nova dimensão, a psicanálise rompe com a redução do sujeito à objetividade e se insere, decididamente, no campo de um sujeito. É por esta razão que o conceito de fantasma vai se tornando cada vez mais importante dentro da teoria psicanalítica. Se na "Interpretação dos sonhos" (1900), a tarefa mais importante era a interpretação dos sintomas, já em "Bate-se em uma criança" (1919/1996) e "Construções em análise" (1938b), é o fantasma que aparece como preocupação principal na clínica. Lacan (1953, p. 245), por sua vez, a partir do momento em que se propõe a desenvolver um retorno a Freud, marca o estabelecimento da adoção de uma construção lógica para a psicanálise, uma tentativa de logicizar este campo, como vemos em seu *Seminário XIV*, intitulado "A lógica do Fantasma" (1966).

Podemos começar uma primeira aproximação do tema situando o fantasma em oposição ao sintoma. Miller, em "Percurso de Lacan" (1987), apresenta o conceito de fantasma em oposição ao de sintoma no que tange ao campo da interpretação. Se por um lado o sintoma é da ordem do interpretável, o fantasma se insere em outra dimensão. O fantasma é uma dimensão apartada do resto da neurose, como já enunciava Freud em "Bate-se em uma Criança" (1919). O que está em jogo é uma articulação com a satisfação pulsional, com o gozo.

Ainda na esfera desta oposição entre fantasma e sintoma, podemos estabelecer uma diferenciação entre a psicanálise e as psicoterapias, como apresentada por Santiago (1997, p. 87). O sujeito da psicanálise é situado como não sendo passível de ser reduzido a uma expressão sintomática. Para além do sintoma, o sujeito encontra-se na ordem do fantasma. O psicanalista lida com uma divisão subjetiva que não se restringe às formações do inconsciente. Também se encontra em jogo a satisfação paradoxal da pulsão. Neste sentido, um aspecto fundamental, que distingue a psicanálise das psicoterapias, refere-se ao fato de que, no campo da psicanálise, para além da remissão de sintomas, o que está em jogo é a travessia do fantasma.

Segundo Lacan, a função do fantasma é sempre a de tamponar a falta que marca a emergência do sujeito e que se apresenta na cadeia significante. Em psicanálise, não há uma noção de unidade, não há completude quando se está no campo do sujeito. É neste sentido que surge o fantasma, no intuito de estabelecer uma unidade que não há, de encobrir a falta. Como dito anteriormente, o fantasma não se encontra no campo do interpretável, está para além deste; assim, quanto ao fantasma, cabe à psicanálise levar o sujeito à sua travessia. É em torno deste ponto que se desenvolve



o trabalho analítico. A cura, enquanto remissão de sintomas, vem por acréscimo.

Assim sendo, Lacan realiza uma mudança de privilégios, há uma superação da primazia do registro do imaginário em direção ao simbólico, como demonstra Miller (2005). Ou seja, se em um primeiro momento havia um privilégio do campo do imaginário, em um segundo momento estabelece-se o primado do registro do simbólico. Três pontos apresentados por Lacan na primeira lição do *Seminário XIV* evidenciam esta mudança de privilégio:

- 1- A instituição do campo da psicanálise como campo de uma existência lógica, em oposição ao de uma existência de fato. Lacan se dedica de maneira mais sistemática a este tema em "Do sujeito enfim em questão" (1966), no qual apresenta uma diferenciação do campo do fato para o campo do direito. O autor pontua que o objeto da psicanálise é sempre no campo da linguagem, do discurso, do direito, da existência lógica, da enunciação, nunca é o da objetividade. Assim, pensar a possibilidade de uma junção entre a psicanálise e as neurociências ou de subordinação de uma a outra é tão somente uma forma de revisionismo, pois pretende deixar de lado conceitos fundamentais para o campo psicanalítico.
- 2- A superação de uma relação imaginária com o objeto, em virtude da adoção do objeto *a* como objeto lógico. Aqui Lacan diz retomar alguns encaminhamentos já apontados no desenvolvimento do seu *Seminário, livro IV*, intitulado "A relação de objeto" (1956-57), onde ressaltava a importância do imaginário da mãe para constituição da estrutura subjetiva da criança. No seminário sobre a lógica do fantasma, vai valorizar os elementos lógicos desta constituição.
- 3- O estabelecimento de uma distinção entre a fantasia e o fantasma. O fantasma se opõe à fantasia por obedecer a uma lógica. Como consequência, o estatuto do objeto *a* não poderá ser situado no campo do imaginário, visto que ele se apresenta enquanto objeto lógico. Lacan falará posteriormente do objeto *a* como consistência lógica, núcleo do real que resiste à interpretação significante. Construção semelhante à Freud, já elaborara em sua interpretação dos sonhos ao falar do umbigo do sonho, em torno do qual giram as diversas formações significantes do inconsciente.

Contudo, a tentativa do autor em apresentar a lógica do fantasma perpassa pelo desenvolvimento de uma lógica do próprio conceito de sujeito. Sabe-se que a perspectiva psicanalítica é uma teoria da clínica, se fundamenta nesta e se dirige a ela; clínica esta que, por sua vez, é a clínica de um sujeito. Ou seja, a perspectiva psicanalítica está no campo do sujeito, é intrínseca a este. Tendo em vista a impossibilidade de estabelecer uma lógica desvinculada da lógica do sujeito, Lacan apresenta, sobretudo na primeira lição do *Seminário XIV*, a lógica da constituição do sujeito. O sujeito da psicanálise é compreendido enquanto emergido a partir de um recorte; o sujeito é barrado, barrado em função do objeto *a*, o que, por sua vez, estabelece a exigência de uma relação fundamental com o Outro.

Esta relação com o Outro, que faz parte da constituição do sujeito, é estabelecida segundo três pontos fundamentais:

1. A noção de reunião e exclusão. Lacan já havia trabalhado estas noções em seu seminário sobre os conceitos fundamentais da psicanálise (1964), onde conceitua as duas operações de constituição do sujeito, a saber, alienação e separação.
2. A função da negação, onde Lacan aponta para sua discussão com Jean

Hippolyte a propósito do texto de Freud sobre a denegação (1925b). Neste texto Freud trata do que podemos chamar, a partir do texto de Miller, de modalização subjetiva.

3. O recalque originário como sendo o processo fundamental de divisão do sujeito.

Em linhas gerais, pode-se dizer que, o objetivo do *Seminário XIV: a lógica do Fantasma*, é estabelecer uma redução do valor do imaginário e uma ampliação do valor do simbólico em direção ao real. O que é proposto por Lacan no presente trabalho é justamente o desenvolvimento de uma lógica, lógica que não há na fantasia e no imaginário; por isso o estabelecimento da primazia do simbólico. E trabalhar também as operações lógicas de constituição de um sujeito e seu posicionamento no fantasma.

Podemos então concluir, a partir dessas elaborações, que a perspectiva psicanalítica está situado no campo do sujeito, é intrínseca a este. Em "Discurso do Método Psicanalítico" (1998, p. 189), Miller define a psicanálise como uma questão ética. E, por esta razão, o autor reforça a idéia de não haver um só ponto nesta teoria que não se dirija a um sujeito. Neste sentido, não é possível desenvolver nenhuma articulação teórica sem se trabalhar a noção do sujeito da psicanálise; enfim, não é possível apresentar a lógica do fantasma sem antes apresentar a própria lógica da constituição do sujeito. A noção de fantasma não se encontra em um campo vazio, encontra-se no campo do sujeito. E não há como pensar o sujeito sem pensar a ética que acompanha as suas questões. Não é possível tentar reduzi-las a problemas de regiões neurocientíficas. Seria uma revisão de Freud – revisão que leva ao abandono de suas teses fundamentais – e não um retorno ao mesmo, como fez Jacques Lacan.

## NOTAS

1. "Na formação médica os senhores estão acostumados a *ver* coisas (...) Nada acontece em um tratamento psicanalítico além de um intercâmbio de palavras entre o paciente e o analista. O paciente conversa, fala de suas experiências passadas e de suas impressões atuais, queixa-se, reconhece seus desejos e seus impulsos emocionais" (FREUD, 1916, p. 27-28).
2. "Não basta fazer história, história do pensamento, e dizer que Freud apareceu num século cientista. Com a *Interpretação dos Sonhos*, efetivamente, algo de uma essência diferente, de uma densidade psicológica concreta, é reintroduzido, a saber, o sentido" (LACAN, 1954-55/1986, p. 9).
3. "O estatuto do inconsciente, que eu lhes indico tão frágil no plano ôntico, é ético" (LACAN, 1964/1998, p. 37).
4. Procurando unicamente sustentar sua teorização em nome de um ideal científico, isto é, sob os votos de que a psicanálise seja um dia considerada uma ciência, Freud não poderia estabelecer os principais conceitos da psicanálise. Segundo Lacan, quando levamos adiante a premissa de que há uma ciência pronta e ideal, não haveria razões de abandonarmos este campo. "Se Freud saiu, é que ele se deu outras [razões]. Ousou dar importância àquilo que lhe acontecia, às antinomias de sua infância, às suas perturbações neuróticas, aos seus sonhos. Daí ser Freud para todos nós um homem que, como cada um, está colocado no meio de todas as contingências – a morte, o pai, a mulher" (LACAN, 1954-53/1986, p. 10).

5. Revisão no sentido de alterar os conceitos fundamentais da psicanálise.
6. Segundo Lecourt (1969), uma palavra não é um conceito. A definição de um conceito só é possível a partir de um sistema de relações interconceituais. Logo, um deslocamento conceitual não leva em consideração o sentido do problema que está em jogo, uma vez que variados tipos de interesses recobrem a lógica onde esta produção do conceito se deu.
7. "Com a medicalização generalizada, esse projeto instiga a criminalização generalizada da sociedade. Todos culpáveis – futuros, potenciais. Se cada inocente é culpado em potencial, cada profissional de saúde e da educação torna-se um agente potencial do poder, mobilizado a este título, fora de todo consentimento, em nome simplesmente da ciência" (WAJCMAN, 2006).

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, V. **Um diálogo entre a Psicanálise e a Neurociência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BROUSSE, M.-H. **Marchés communs et segregation**. Disponível em: <<http://www.wapol.org/es/buscador/mhbrousse/html>>. Acesso em: 24 out. 2006.

CARTUYVES, Y. À propos du livre noir de la psychanalyse. In : MILLER, J.-A. (org.). **L'anti-livre noir de la psychanalyse**. Paris : Seuil, 2006, p. 153-188.

CHENIAUX, E. A psicanálise se reaproximando das neurociências: um retorno a Freud. In: ALBERTI, S.; FIGUEIREDO, A.C. (org.). **Psicanálise e saúde mental: uma aposta**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2006. p. 100-109.

DOIN, C. A psicanálise e as neurociências: os sonhos. **Revista Brasileira de Psicanálise**. Disponível em: <<http://www.rbp.org.br>>. Acesso em: 11 set. 2002.

FERNANDES, F. Psicanálise e ciência. In: BERNARDES, A.C. (org.). **10 x Freud**. Rio de Janeiro: Azogue Editorial, 2005, p. 199-226.

FONAGY, P. **An open door review of outcomes studies in psychoanalysis**. Londres: IPA, 1999.

FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das obras psicológicas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. (1895) Projeto de uma psicologia científica. Vol. I.

\_\_\_\_\_. (1898). A sexualidade na etiologia das neuroses. Vol. III.

\_\_\_\_\_. (1900) A interpretação dos sonhos. Vol. IV.

\_\_\_\_\_. (1913) O interesse científico da psicanálise. Vol. XIII.

\_\_\_\_\_. (1915) O instinto e suas vicissitudes. Vol. XIV.

- \_\_\_\_\_. (1919) Bate-se em uma criança. Vol. XVII.
- \_\_\_\_\_. (1925b) A negativa. Vol. XXI.
- \_\_\_\_\_. (1925a) Um estudo autobiográfico. Vol. XXI.
- \_\_\_\_\_. (1927) O fetichismo. Vol. XXI.
- \_\_\_\_\_. (1937) Análise terminável e interminável. Vol. XXIII.
- \_\_\_\_\_. (1938b) Construções em análise. Vol. XXIII.
- \_\_\_\_\_. (1938a) Esboço de psicanálise. Vol. XXIII.

GALLANO, C. Del bando del inconsciente. In: APARICIO, S. **La sexualidad en los desfiladeros del significante**. Buenos Aires: Manantial, 1991, p. 7-17.

GEDO, J. Reflections on metapsychology, theoretical coherence, hermeneutics and biology. In: **American Journal of Psychoanalysis**. Disponível em: <<http://www.springer.com/psychology/psychology+general/journa>>. Acesso em: 02/03/2003.

JACOBY, R. **Amnésia social: uma crítica à psicologia conformista de Adler a Laing**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1977.

KANDEL, E. Biology and the future of psychoanalysis: a new intellectual framework for psychiatry revisited. In: **American Journal of Psychiatry**. Disponível em: <<http://ajp.psychiatryonline.org/cgi/content/full/156/4/505>>. Acesso em: 23 jan. 2004.

LACAN, J. (1953). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 238-324.

\_\_\_\_\_. (1954-55) **O Seminário, livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.

\_\_\_\_\_. (1956-57). **O Seminário, Livro 4: as relações de objeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

\_\_\_\_\_. (1964) **O Seminário, Livro 11: O quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro:, Jorge Zahar Ed., 1985.

\_\_\_\_\_. (1966) Do sujeito enfim em questão . In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 229-237.

\_\_\_\_\_. (1966-67) **O Seminário, Livro 14: A lógica do fantasma**. Inédito.

LANEZ, E. Jacques-Alain Miller repondue a les anti-Freud. Disponível em: <<http://www.wapol.org>>. Acesso em: 12 dez. 2005.

LAURENT, Eric. **Princípios diretores do ato analítico**. Disponível em: <<http://www.wapol.org/es/buscador/el Laurent/html>> .Acesso em: 24 out. 2006.

LECOURT, D. **L'épistémologie historique de Gaston Bachelard**. Paris: J.Vrin, 1969.

MILLER, J. -A. **Percorso de Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

\_\_\_\_\_. Discurso do Método Psicanalítico. In: **Lacan Elucidado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 221-229.

\_\_\_\_\_. **Silet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

MILLER, J.-A. et MILNER, J.-C. **Você quer mesmo ser avaliado?** São Paulo: Manole, 2006.

MILNER, J.-C. **A obra clara - Lacan, a ciência e a filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

MEYER, C. **Le livre noir de la psychanalyse**. Paris: Les Arènes, 2005

SANTIAGO, J. O mais além do terapêutico na psicanálise: Lacan e Ferenczi. In: FORBES, J. (org.). **Psicanálise ou Psicoterapia**. Campinas: Papirus, 1997.

SERPA, F. O outro gênio de Viena. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 9, mai. 2006.

SOKAL, A.; BRICMONT, J. **Impostures intellectuelles**. Paris: Odile Jacob, 1997.

WAJCMAN, G. Voici le bebe deliquant. *Le Monde*, Paris, 3 de mar. 2006. Disponível em: <<http://www.wapol.org>> Acesso em 15/05/2006.

WINOGRAD, M. Matéria pensante – a fertilidade do encontro entre psicanálise e neurociência. In: **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v.56, n.1. Disponível em: <<http://146.164.3.26/seer/lab19/ojs/viewarticle.php?id=32&layout=html>>.

Texto recebido em: 11/05/2007.

Aprovado em: 20/09/2007.